



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006830-23.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **Adeilson Ferreira da Siva**
 Requerido: **Rodocar de Araraquara Veículos Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um automóvel, mas ao consultar o *site* do Detran-SP tomou conhecimento de restrição administrativa consistente em comunicação de venda do mesmo à ré, de sorte que somente após a regularização por parte dela poderia transferi-lo para o seu nome.

Alegou ainda que buscou por diversas vezes a solução amigável da pendência, sem sucesso.

As preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, voltando-se a ação à busca de ressarcimento de danos morais, poderia ter sido aforada neste Juízo na esteira da regra do art. 4º, inc. III, da Lei nº 9.099/95.

Como, ademais, o autor visa à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer, ela em princípio reúne condições para figurar no polo passivo da relação processual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, o autor parte da premissa de que adquiriu o automóvel trazido à colação de seu genitor, Nivaldo Ferreira da Silva, como se vê claramente a fl. 78, segundo parágrafo.

Seria imprescindível em consequência que desde já ofertasse elementos concretos que no mínimo conferissem verossimilhança à sua explicação, mas tal não sucedeu.

Isso porque a petição inicial não foi instruída com um só dado que levasse à ideia de que a transação invocada realmente aconteceu, a exemplo com o que se passou com a réplica de fls. 73/86.

Significa dizer que o autor não se desincumbiu satisfatoriamente de demonstrar o principal aspecto dos fatos constitutivos de seu direito, qual seja, a condição de proprietário do automóvel.

Já o alargamento da dilação probatória a esse propósito não se justificaria porque não seria com provas testemunhais que a questão posta seria dirimida.

Nem se diga, por outro lado, que a transferência do domínio do bem se faria pela tradição e que isso seria passível de ser patentado por prova oral.

Na verdade, era imprescindível que o autor detalhasse em que condições teria comprado o veículo de seu genitor e de que maneira teria ultimado o respectivo pagamento.

Provas documentais – de fácil obtenção – deveriam então ter sido produzidas e isso não se deu.

Diante desse panorama, reputo que a pretensão deduzida não pode vingar à míngua de respaldo básico que lhe conferisse apoio.

A mesma solução aplica-se para o pedido contraposto formulado pela ré.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mesmo sentido: Apelação nº
0123816-35.2008.8.26.0100.

Assentada essa premissa, entendo que o afastamento do pedido contraposto deriva da falta de comprovação bastante de que o simples ajuizamento da presente ação e de outras a que fez menção tenha gerado abalo à sua imagem perante terceiros.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES a ação e o pedido contraposto**, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**